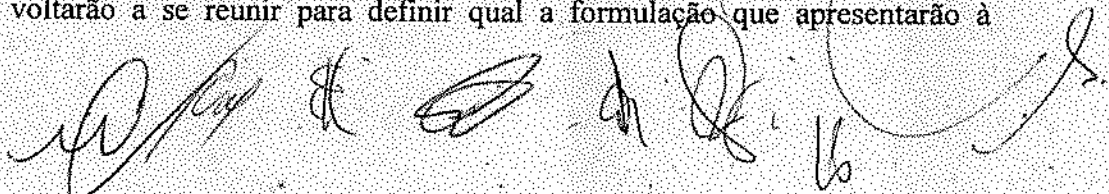


**ATA DA 2ª REUNIÃO DO PROCESSO DE REABERTURA DO SISTEMA DE  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – SINP**

**São Paulo-SP, 08 de abril de 2013.**

1 Aos oito dias do mês de abril de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, no auditório do  
2 décimo oitavo andar do Edifício Martinelli, localizado na Rua Líbero Badaró, nº 504, foi realizada a  
3 2ª Reunião do Processo de Reabertura do Sistema de Negociação Permanente, presidida pelo  
4 Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, CHRISTY  
5 GANZERT PATO. Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da  
6 administração: EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA (Secretaria do Governo Municipal); ROGÉRIO  
7 DOS ANJOS ARAÚJO (Secretaria Municipal de Educação); representantes das entidades  
8 sindicais: ANTONIO CARLOS DA CRUZ JÚNIOR, representando o Sindicato dos Médicos de  
9 São Paulo – SIMESP; CARLOS AUGUSTO SOUSA SILVA, representando o Sindicato dos  
10 Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo – SINDGUARDAS; CASSIO VIEIRA, representando  
11 o Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo – SINDAFSP;  
12 CLAUDETE ALVES, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação  
13 Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo – SEDIN; CLAUDIO FONSECA,  
14 representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo –  
15 SINPEEM; DENISE BORGES, representando o Sindicato dos Odontologistas do Estado de São  
16 Paulo; DEODATO RODRIGUES ALVES, representando o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado  
17 de São Paulo - SINFAR-SP; FELICIANO A. DINIZ, representando a Associação dos Servidores  
18 Municipais de São Paulo – ASMUSP; HONORINO DA CRUZ, representando a Associação dos  
19 Contadores Municipais de São Paulo – ACMSP; JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA,  
20 representando o Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São  
21 Paulo – SINESP; JOÃO D'AMARO, representando a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e  
22 Agrônomos Municipais – SEAM; LEANDRO JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA, representando o  
23 Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo –  
24 SINDSEP; MANOEL VERÍSSIMO, representando a Federação das Associações Sindicais e  
25 Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo – FASP; MARGARIDA  
26 PRADO GENOFRE, representando o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São  
27 Paulo – APROFEM; MARIA BENEDITA CLARET ALVES, representando o Sindicato dos  
28 Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM; MARIA  
29 LUCIA SILVA, representando a Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área  
30 da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo – SINDSAUDE-SP; ROGÉRIO GIANINI,  
31 representando o Sindicato dos Psicólogos – SINPSI; demais participantes: ADELSON DE  
32 QUEIROZ; ANDRÉA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO; MARIO FORTUNATO;  
33 ANDRÉ LUIS MONTEIRO; ÉRICA MACEDO; FELIPE MANFIZINATO; MANASSÉS  
34 VICTOR; IVANIRA DA SILVA; JOELIA AGUIAR; CLÓVIS PEREIRA; LUIS GUERRA;  
35 ISABELA MENON; ARNALDO NOGUEIRA. Iniciada a sessão, passou-se à Ordem do Dia. O  
36 presidente solicitou aos representantes das entidades sindicais que fosse feito o comunicado oficial  
37 do que fora deliberado no fórum das entidades. O representante do SINDSEP, senhor Leandro de  
38 Oliveira, disse que os sindicatos que compõem o fórum precisam de mais tempo para discutir o  
39 convênio. Argumentou que a concepção do convênio é boa, e que as entidades também têm  
40 urgência no processo, mas que necessitam de mais tempo para se organizarem melhor e apararem as  
41 diferenças. Explicou que o calendário será o seguinte: até o dia quinze de abril recolherão as  
42 sugestões vindas das entidades; depois sistematizarão as propostas e buscarão entrar num acordo;  
43 dia dezoito de abril voltarão a se reunir para definir qual a formulação que apresentarão à



44 administração. A representante da APROFEM, senhora Margarida Genofre, completou dizendo  
45 que, entre as entidades, há consenso sobre a assinatura do convênio. O que é necessário, emendou, é  
46 que haja um ajuste nos termos do convênio; uma melhora na redação da proposta a ser apresentada  
47 para o governo. Disse, ainda, que também há consenso entre as entidades sindicais em relação ao  
48 início das discussões da data-base. Explicou que há quatro pontos iniciais a serem apresentados. São  
49 eles: alteração da legislação que rege os salários dos servidores públicos municipais; revisão geral  
50 anual não inferior à inflação; plano de recomposição das perdas salariais dos últimos anos; início do  
51 fim da terceirização. Em seguida, a representante do SEDIN, senhora Claudete Alves, pediu a  
52 palavra para registrar alguns pontos. Argumentou que os servidores municipalizados não são  
53 servidores municipais, no sentido em que a relação salarial dos primeiros é com o governo do  
54 estado. Completou dizendo que, a despeito dos interesses conflitantes, deve haver, na  
55 municipalização, isonomia e complementação salarial. Propôs, então, para que os conflitos entre as  
56 entidades com base estadual e municipal não fossem eternos, que o formato de representação das  
57 entidades no convênio fosse repensado. De acordo com a sua proposta, haveria três modalidades de  
58 mesa: uma mesa central de negociação que abarcaria apenas as entidades que comportem servidores  
59 municipais; as mesas temáticas, onde não haveria problema em termos todas as entidades sentadas  
60 na mesma mesa, fossem elas de base municipal ou de base estadual; e uma outra mesa central que  
61 incluísse as entidades que comportam servidores com base estadual. O presidente, na sequência,  
62 pediu um aparte para encaminhar as seguintes propostas: teto da reunião: doze horas; tempo  
63 máximo de fala: três minutos. As duas propostas foram aprovadas por unanimidade. Continuando o  
64 debate, o representante do SINDSEP, senhor Leandro de Oliveira, propôs que os sindicatos possam  
65 ter acesso a todas as informações para poder negociar, sabendo, inclusive, a fonte de recursos. O  
66 representante do SINESP, senhor João de Souza, pontuou que não será fácil colocar o convênio em  
67 funcionamento, devido às diferenças entre as entidades estaduais e municipais. Completou dizendo  
68 que o SINESP defende que o convênio seja das entidades municipais. O representante do  
69 SINPEEM, senhor Cláudio Fonseca, argumentou que há dificuldade para decidir quem comporá a  
70 representação na mesa central, e que o processo está em debate. Em seguida, o presidente da sessão  
71 informou que, em reunião, os Secretários Municipais da SEMPLA, SMS, SME, SERG e SGM  
72 manifestaram-se favoráveis ao acréscimo de tempo solicitado pelas entidades para a discussão do  
73 formato do convênio, mas que pedem que o fechamento se dê ainda em abril. O presidente da  
74 sessão encaminhou a proposta de que, na próxima reunião, a ser realizada na segunda-feira, dia  
75 quinze de abril de dois mil e treze, as entidades apresentem um calendário de fechamento da minuta  
76 de convênio. A proposta foi aprovada por unanimidade. Continuando o debate, o senhor Cláudio  
77 Fonseca explicou que há consenso entre as entidades quanto ao conteúdo das reivindicações, mas  
78 que não há consenso em relação ao formato do convênio nem em relação à representação na mesa.  
79 Na sequência, foi proposta uma parada técnica de quinze minutos na reunião, para que os  
80 representantes sindicais pudessem debater a pauta de reivindicações. A proposta foi aprovada e a  
81 parada técnica foi realizada. Com a retomada da reunião, as entidades apresentaram a pauta de  
82 reivindicações, aprovada por todos os representantes presentes, com os seguintes pontos: alteração  
83 da lei salarial; revisão anual não inferior à inflação; reposição de perdas retroativas a 2003; fim das  
84 terceirizações e parcerias; realização de concursos públicos com participação das entidades  
85 representativas nas comissões dos concursos. A pauta de reivindicações foi impressa e cada  
86 integrante da mesa recebeu uma cópia. Em seguida, o presidente informou que o governo sentará  
87 com as entidades para discutir a data-base nos dias quinze, vinte e dois e vinte e nove de abril, mas  
88 que, mais uma vez, o governo pede que haja, por parte das entidades sindicais, um empenho na  
89 consolidação da minuta de convênio do Sistema de Negociação Permanente. Foi decidido pelas  
90 entidades sindicais que o professor Arnaldo Nogueira não esteja presente nas próximas três reuniões  
91 como mediador, mas apenas como observador. A proposta do mediador seria, dessa maneira,



92 melhor discutida pelas entidades nas próximas semanas. Por fim, deliberou-se que a próxima  
93 reunião, a ser realizada no dia quinze de abril de dois mil e treze, será dividida em duas partes: a  
94 primeira, das nove às onze horas, será reservada para um debate apenas entre os representantes  
95 sindicais; a segunda, das onze às treze horas, será realizada conjuntamente, com a participação dos  
96 representantes das entidades sindicais e os representantes da administração, além do professor  
97 Arnaldo Nogueira. Sendo doze horas e quinze minutos e não havendo mais nada a tratar, foi  
98 encerrada a reunião, da qual eu, Marcel Moraes Felices, Assistente Técnico do Gabinete da  
99 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo, lavrei a  
100 presente Ata que, aprovada, será devidamente assinada por mim e pelos presentes à reunião de  
101 aprovação.

